

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2012

Srs. Acionistas:
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da En-Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil) submete a apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Prátil é uma companhia do Grupo Enel. A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo. O Grupo produz, distribui e vende energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de clientes residenciais e corporativos em 40 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores.

Perfil: A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, constituída em 18 de agosto de 2009, tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, para a prestação de serviços em geral, de qualquer natureza ou especialidade, tanto os direta ou indiretamente relacionados com as atividades para o setor de energia elétrica quanto para outros setores da economia e consumo em geral. Durante o ano de 2012, a Prátil focou sua atuação nas seguintes linhas de negócio e produtos: • Clientes massivos: seguros, planos odontológicos, planos de capitalização e cartão de desconto com uma carteira de aproximadamente 670 mil clientes. • Clientes corporativos: montagem e manutenção de subestações, venda de grupos geradores, painéis de medição, além de construção de redes elétricas em condomínios. Conta aproximadamente com 250 clientes neste segmento. • Clientes institucionais: manutenção da iluminação pública, obras de expansão da iluminação pública e serviços elétricos. Em 31 de dezembro de 2012, a Prátil contava com um total de 61 colaboradores, sendo 19 próprios e 42 parceiros.

1) Desempenho Econômico:

Valores expressos em milhares de Reais	2012	2011	Var. % (1)
Receita operacional bruta	24.443	21.207	15%
Deduções da receita bruta	-2.042	-1.779	15%
Receita operacional líquida	22.401	19.428	15%
Custo do serviço e despesas operacionais	-13.982	-14.179	-1%
EBITDA(2)	8.513	5.303	61%
Margem EBITDA	38%	27%	11 p.p.
EBIT(3)	8.419	5.249	60%
Margem EBIT	38%	27%	11 p.p.
Resultado financeiro	582	565	3%
Imposto de renda e contribuição social	-2.859	-2.490	15%
Lucro líquido	6.142	3.324	85%
Margem líquida	27%	17%	10 p.p.
Lucro por ação (R\$/mil ações)	6,14	3,32	85%

(1) Variação entre 2012 e 2011 (2) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações (3) EBIT: Resultado do Serviço

A receita operacional bruta de 2012 foi superior a apresentada no ano de 2011 em 15%, decorrente basicamente do aumento nos negócios com clientes do segmento corporativo. O faturamento deste segmento cresceu 39%. As deduções da receita bruta cresceram 15%, em linha com o acréscimo da receita bruta em relação ao ano anterior. Os custos do serviço e as despesas operacionais apresentaram redução de 1%, devido principalmente ao decréscimo dos custos de cobrança através da conta de energia dos clientes. Estes fatores resultaram em um EBITDA de R\$ 8,5 milhões, 61% superior

ao apresentado no ano anterior (R\$ 5,3 milhões). A margem EBITDA ficou em 38%, 11 pontos percentuais acima do verificado em 2011. O lucro líquido apresentou um acréscimo de 85%, encerrando o exercício em R\$ 6,1 milhões, contra R\$ 3,3 milhões do ano anterior.

2) Composição Acionária:

Acionista	Qtd de ações 2011	% no capital 2011	Qtd de ações 2012	% no capital 2012
Endesa Brasil S.A.	999.999	99,9999%	999.999	99,9999%
Central Geradora Termoeletrica Fortaleza (CGTF)	1	0,0001%	1	0,0001%
Total	1.000.000	100%	1.000.000	100%

3) Auditores Independentes: A Companhia firmou contrato com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais para um período de 5 (cinco) anos. A Ernst & Young Terco não prestou à Companhia serviços não-relacionados à auditoria externa independente. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Endesa quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

4) Agradecimentos: A Prátil expressa seus agradecimentos aos acionistas, aos clientes e fornecedores, aos Governos Municipais, Estadual e Federal, e em especial, aos seus colaboradores próprios e de empresas parceiras pelo empenho e dedicação, fundamentais ao cumprimento de seus objetivos. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2012	31/12/2011	PASSIVO	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.328	125	Fornecedores	10	1.700	2.592
Títulos e valores mobiliários	5	8.808	7.864	Salário, provisões e encargos sociais		302	126
Clientes	6	1.409	415	Obrigações fiscais	11	1.205	1.221
Tributos a compensar	7	1.418	521	Dividendos a pagar		4.790	894
Outros ativos		18	3	Outras obrigações passivas		193	418
Adiantamentos		50	4	Total do passivo circulante		8.190	5.251
Total do ativo circulante		14.031	8.932	Patrimônio líquido	13		
Não circulante				Capital social		1.000	1.000
Adiantamentos		45	7	Reservas de lucros		1.000	968
Imobilizado	8	307	254	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		4.583	2.368
Intangível	9	390	394	Total do patrimônio líquido		6.583	4.336
Total do ativo não circulante		742	655	Total do passivo e patrimônio líquido e passivo		14.773	9.587
Total do ativo		14.773	9.587				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Receita líquida	15	22.401	19.428
Custo do serviço	16	(7.234)	(7.279)
Lucro bruto		15.167	12.149
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(6.748)	(6.900)
Total despesas operacionais		(6.748)	(6.900)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		8.419	5.249
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	656	603
Despesas financeiras	17	(74)	(38)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		9.001	5.814
Imposto de renda e contribuição social - correntes	14	(2.859)	(2.490)
Lucro líquido do exercício		6.142	3.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	6.142	3.324
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	6.142	3.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais	6.142	3.324
Lucro líquido do exercício		
Ajustes por:		
Amortização e depreciação	93	54
	6.235	3.378
(Aumento) redução nos ativos		
Clientes	(994)	140
Tributos a compensar	(897)	(521)
Adiantamentos	(84)	(11)
Outros ativos	(14)	895
	(1.990)	503
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(892)	2.450
Salário, provisões e encargos sociais	176	(256)
Obrigações fiscais	(16)	1.052
Outros passivos	(225)	(248)
	(957)	2.998
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.288	6.878
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações no intangível	(48)	(414)
Aplicações no imobilizado	(94)	(94)
Integralização de capital	-	990
Títulos e valores mobiliários	(944)	(5.568)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.086)	(5.086)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	-	(392)
Pagamento de dividendos	-	(1.311)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(1.703)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.203	90
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	125	35
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.328	125
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.203	90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

realização. Adicionalmente, o contas a receber é registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos. A provisão para crédito de liquidação duvida é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Entretanto, não foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa em função das remotas expectativas de perda. 2.4.2. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. 2.4.3. **Passivos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem, basicamente, suas obrigações com fornecedores. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. **Mantidos para negociação:** Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital social	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (Não auditado)	10	2	8	1.575	1.595
Aumento de capital	990	-	-	-	990
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	(783)	(783)
Lucro líquido do exercício	-	-	3.324	-	3.324
Proposta da administração para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	166	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(790)	-	(790)
Dividendos adicionais	-	-	(2.368)	2.368	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	792	(792)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.000	168	800	2.368	4.336
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	(2.368)	(2.368)
Lucro líquido do exercício	-	-	6.142	-	6.142
Proposta da administração para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	32	-	(32)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(1.527)	-	(1.527)
Dividendos adicionais	-	-	(4.583)	4.583	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.000	200	800	4.583	6.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações gerais. Contexto operacional: A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. ("Prátil" ou a "Companhia"), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, foi constituída em 18 de agosto de 2009 e tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços em geral, de qualquer natureza ou especialidade, inclusive os direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral. A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião realizada em 08 de novembro de 2013. **2. Principais políticas contábeis.** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. **2.3. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia reconhece as receitas sobre serviços prestados no momento da efetiva entrega do resultado final dos serviços. A administração da Companhia efetua análise do prazo médio de prestação dos serviços e entende que estes serviços não possuem execução de longo prazo, de modo que a base técnica para o reconhecimento das receitas pela Companhia é o Pronunciamento Técnico CPC 30 - Receitas. Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa a valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente.** 2.4.1. **Ativo financeiro. Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu

reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. • Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor. 2.4.1.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os saldos de caixa, contas bancárias, e uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo apresentado como caixa e equivalente de caixa se refere em sua totalidade a recursos mantidos em contas correntes bancárias. 2.4.1.2. **Contas a receber:** As contas a receber de clientes representam valores a receber por conta dos faturamentos realizados de acordo com as condições contratuais e estão apresentadas a valores de

crítérios de contabilização de hedge definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivo. Ganhos e perdas para a negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012. **Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 2.4.4. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.4.5. **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **2.5. Imobilizado:** A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar o ativo imobilizado da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Administração da Companhia vem realizando consistentemente ao longo dos anos revisão dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado; e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.8. Provisões. Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui constituição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. **2.9. Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro presumido, através de aplicação dos percentuais definidos pela legislação vigente na data de apresentação das demonstrações financeiras. Sobre estas bases são calculados o imposto de renda e contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 no ano) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%). **2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos). **2.11. Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos

Contingentes e Ativos Contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após distribuição para reserva legal. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido. **2.12. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). **2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012:** Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2012. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia e de suas controladas, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. • CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação ("CPC 40"). A revisão do CPC 40 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* ("IFRS 7"). • ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"): A revisão da ICPC 08 tem como objetivo complementar o documento original emitido pelo CPC em 2009, abordando em mais detalhes as previsões contidas na legislação societária brasileira em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. • CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controlada ("CPC 18"): A revisão do CPC 18 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 28 - *Investments in Associates*. Alteração relevante trata do reconhecimento de resultados de transações entre controlada e controladora constante nos itens 22A, 22B e 22C, também tratado no ICPC 09, comentado abaixo. • ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09"): A revisão da ICPC 09 é decorrente da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18. • CPC 17 (R1) - Contratos de Construção ("CPC 17"): A revisão do CPC 17 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 11 - *Construction Contracts*. • CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30"): A revisão do CPC 30 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 18 - *Revenue*. • CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas ("CPC 35"): A revisão do CPC 35 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 27 - *Separate Financial Statements*. **2.14. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012:** Listamos a seguir os pronunciamentos que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Administração da Companhia pretende adotar tais pronunciamentos quando os mesmos entrarem em vigor. • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33"): A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado. • CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18"): A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - *Investments in Associates*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). • CPC 45 - *Divulgações de Participações em Outras Entidades* ("CPC 45"): O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa. • CPC 36 (R3) - *Demonstrações Consolidadas* ("CPC 36"): A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements*, que resultou na edição pelo IASB - *International Accounting Standards Board* do IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. • CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* ("CPC 46"): O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - *Fair Value Measurement*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o

valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Segue abaixo a composição dos saldos aplicados em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e depósitos bancários	2.328	125
Total	2.328	125

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixas são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, os quais se encontram em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha. **5. Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Tipo	Taxa média	31/12/2012	31/12/2011
Banco Itaú S.A. Fundo de investimento		7,98%	8.808	7.864
Total			8.808	7.864

A Companhia aplica seus excedentes de caixa em fundos de investimentos, os quais são classificados como títulos e valores mobiliários. Tais fundos de investimentos referem-se a fundos multipatrocinaados de renda fixa administrados por instituição financeira de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.

6. Clientes:

	31/12/2012	31/12/2011
Ace Seguradora S.A.	3	19
Alphaville Empreendimentos Imobiliários Ltda.	33	-
Alphaville Urbanismo	584	-
BEQ Eletrificacão Ltda.	36	59
Enel Brasil Participações Ltda.	120	-
KVA Engenharia Ltda.	-	5
LLX Açú	255	-
Loprese Locação e Prestação de Serviços Elétricos Ltda.	-	21
Metavita Consul e Serviços de Engenharia Ltda.	97	-
Maracanau Geradora de Energia S.A.	-	93
Norsa Refrigerantes Ltda.	29	49
Precisa Eletro Ltda.	86	-
QBE Brasil Seguros	4	11
Unitextil Unil Industrial Têxtil S.A.	-	11
VPA Construções Ltda.	-	139
ZRC	80	-
Outros	82	8
	1.409	415

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa em função da remota possibilidade de perda.

7. Tributos a compensar:

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda	485	162
Contribuição social	136	44
COFINS	291	122
PIS	64	29
INSS	423	155
ICMS	6	-
ISS	13	9
	1.418	521

O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e a retenções de notas fiscais emitidas. O saldo de contribuição social, PIS e COFINS a compensar referem-se a valores retidos na fonte sobre notas fiscais emitidas. Quanto aos saldos de INSS e ISS a compensar, os mesmos referem-se a valores retidos na fonte sobre notas fiscais emitidas à construção civil e a clientes substitutos tributários, respectivamente. **8. Imobilizado:** Os bens e as instalações da Companhia seguem demonstrados abaixo, com suas respectivas depreciações, a saber:

	Máquinas e equipa-mentos	Móveis e utensílios	Benfei-torias	Imobilizado em andamento	Total
Taxa de depreciação média (%) a.a.	10	10	4	-	-
Saldos em 1º/01/2011	75	37	59	-	171
Adições	12	25	42	-	15 94
Transferência	3	(3)	-	-	-
Depreciação	(3)	(9)	1	-	(11)
Saldos em 31/12/2011	87	50	102	-	15 254
Adições	-	-	6	-	88 94
Reclassificação	(37)	19	18	-	-
Depreciação	(7)	(8)	(26)	-	(41)
Saldos em 31/12/2012	43	61	100	-	103 307

9. Intangível: Estão registrados no intangível os gastos referentes à implantação e a aquisição de licença de uso de software e a criação de desenho arquitetônico. Esses ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. No intangível em andamento estão registrados os gastos referentes à implantação e a aquisição de licença de uso de softwares, os quais estão em fase de implantação, e ainda não se encontram em uso. A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Intangível em		
	Softwares	andamento	Total
Taxa de amortização média (%) a.a.	25	-	-
Saldos em 1º de janeiro de 2011	23	-	23
Adições	198	216	414
Amortização	(43)	-	(43)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	178	216	394
Adições	3	45	48
Transferência	216	(216)	-
Amortização	(52)	-	(52)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	345	45	390

	31/12/2012	31/12/2011
	10. Fornecedores:	
Ace Seguradora S.A.	93	1.378
Arval Brasil Ltda.	11	-
Bradesco Saúde S.A.	-	12
Cosampa Projetos e Construções Ltda.	35	-
Condomínio Office Plaza	-	3
Fundação Ampla de Seguridade Social	-	4
Evolution Serviços Contábeis	18	14
Icatu Capitalização	-	92
Jose Augusto Braga Reis	66	-
KMG Consultoria	-	105
Medral Serviços	84	54
Montacon Engenharia Ltda.	356	-
Multserv Serviços	19	25
Personal Service Rec Hum e Assessoria Empresarial	103	69
Provider Soluções Tecnológicas	119	97
Phelps Dodge International Brasil	113	-
Prysmian Energ. Cabos Sist. Brasil S.A.	193	-
QBE Brasil seguros	98	226
S3 Comercio de Sistemas de Segurança	27	-
Sub Todos Ceará Ltda.	138	-
Serven Serviços	-	20
Sonda Proccwork	-	89
Tecman Servicos	-	3
Tendec	-	40
Ticket Serviços	10	13
Volks	51	-
Zurich Minas	-	106
Outros	166	242
	1.700	2.592

	31/12/2012	31/12/2011
	11. Obrigações fiscais:	
COFINS	64	60
CSLL	211	250
INSS	117	105
IRPJ	540	552
IRRF	89	74
FGTS	26	32
ISS	93	135
ICMS	6	-
PIS	14	-
Outros tributos e contribuições	45	13
	1.205	1.221

12. Partes relacionadas: Transações com as distribuidoras de energia. A Companhia possui contratos vigentes com Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla") e Companhia Energética do Ceará - COELCE ("COELCE"), ambas distribuidoras de energia pertencentes ao mesmo grupo econômico, através dos quais as referidas partes relacionadas arrecadam e repassam à Companhia valores cobrados aos seus clientes através de serviços prestados pela Companhia. Os serviços de arrecadação prestados pelas referidas distribuidoras são cobrados de acordo com as condições estabelecidas em contratos, os quais representam parte dos custos da Companhia com a contratação de serviços de terceiros, tendo somado R\$6.142 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$5.643 em 2011). Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não apresenta saldos em aberto em seu balanço patrimonial com a Ampla e COELCE. **Remuneração da Administração:** A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$699 (R\$450 em 2011). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho. **13. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$990, mediante a emissão de 990.000 (novecentos e noventa mil) ações ao preço unitário de emissão de R\$1,00 (um real). As ações subscritas foram integralizadas mediante a capitalização do empréstimo em aberto com a Endesa Brasil no valor de R\$614 em 30 de abril de 2011, e através do desembolso financeiro no valor de R\$376 efetuado pelos acionistas da Companhia em 9 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital subscrito e integralizado está representado por 1.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal, todas com direito a voto, sendo sua distribuição como segue:

Acionista	Quantidade de ações	% de participação no capital
Endesa Brasil S.A.	999.999	99,9999%
Central Geradora Termoeletrica Fortaleza (CGTF)	1	0,0001%
Total	1.000.000	100%

b) **Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. c) **Reforço de capital de giro:** É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de lucro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante de 80% do capital subscrito. A reserva de lucro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. d) **Dividendos:** De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	6.142	3.324
(-) Reserva legal	(32)	(166)
Lucro líquido ajustado	6.110	3.158
Dividendos mínimos obrigatórios	1.527	790
Dividendos adicionais	4.583	2.368
Retenção de lucros - reserva para reforço de capital de giro	-	792

14. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro presumido de acordo com a Lei nº 9.430, de 1996, arts. 1º e 25; RIR/1999, art. 516, § 5º. As provisões para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro presumido		
Faturamento - venda de serviços	24.443	21.207
Outras receitas e receitas financeiras	656	603
Base de cálculo	25.099	21.810
Alíquota aplicável - presunção	32%	32%
Base de cálculo	7.822	6.786
Alíquota aplicável do imposto de renda	15%	15%
Alíquota aplicável do imposto de renda adicional	10%	10%
Alíquota aplicável da contribuição social	9%	9%
Imposto de renda pessoa jurídica	2.096	1.825
Contribuição social sobre o lucro líquido	763	665
Impostos correntes	2.859	2.490

	31/12/2012	31/12/2011
	15. Receita líquida	
Receita de venda de serviços	24.443	21.207
(-) Deduções da receita		
ISS	(1.145)	(1.005)
COFINS	(734)	(636)
PIS	(159)	(138)
ICMS	(4)	-
Total de deduções da receita	(2.042)	(1.779)
	22.401	19.428

16. Custo de serviços e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Custos		Despesas gerais e administrativas	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	-	-	3.484	3.379
Material	-	-	1.240	235
Serviços de terceiros	7.234	7.279	1.032	3.008
Depreciação e amortização	-	-	94	54
Tributos	-	-	2	2
Outras despesas	-	-	896	222
Total	7.234	7.279	6.748	6.900

	31/12/2012	31/12/2011
	17. Resultado financeiro	
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	635	595
Outras receitas financeiras	21	8
Total das receitas financeiras	656	603
Despesa financeira		
Outras despesas financeiras	(74)	(38)
Total das despesas financeiras	(74)	(38)
Total	582	565

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Albino da Motta Cruz - Diretor Geral
 José Ignacio Pires de Medeiros - Diretor Sem Designação

Isabel Regina Barroso de Alcântara - **Relações com Investidores**

Contadora: Viviane de Oliveira Martins - CE-015739/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **En-Brasil Comércio e Serviços S.A.** - Niterói - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da En-Brasil Comércio e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações

apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da En-Brasil Comércio e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2013. ERNST & YOUNG TERCO - Auditores Independentes S.S. - CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ. Márcio F. Ostwald - Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4.